Parcelário romano na várzea de Alenquer (Portugal): ensaio em arqueogeografia

Autor(es): Costa, Miguel Cipriano

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/44760>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1566-0_9

Accessed : 26-Apr-2023 15:12:48

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Paisagens Urbanas,
Rurais & Sociais

Carmen Soares, José Luís Brandão &
Pedro C. Carvalho (coords.)

PARCELÁRIO ROMANO NA VÁRZEA DE ALENQUER (PORTUGAL):

ENSAIO EM ARQUEOGEOGRAFIA

(Land parcelling Roman in Alenquer (Portugal) floodplain:
archaeogeographic study)

MIGUEL CIPRIANO COSTA (cipriano1969@hotmail.com)¹

RESUMO - A observação dos padrões métricos presentes no atual parcelário rural da várzea de Alenquer (Portugal), visíveis a partir da cartografia e da fotografia aérea, permitiu identificar a existência de métrica de 8 x 8 *actus* correspondente aos padrões agrários romanos, que nos leva a inferir a possibilidade da existência de parcelário rural já desde o período romano.

As metodologias, e a disposição dos assentamentos arqueológicos na longa duração, permitem inferir a drenagem deste espaço aluvial junto ao rio Tejo num período posterior à Idade do Ferro.

A mutação do povoamento em período romano, que se deslocou para cotas mais baixas (altitudes inferiores aos 10 metros) para zonas com maiores possibilidades de inundação, permitem avançar a possibilidade que a drenagem também esteja associada à construção do parcelário já desde esse período.

PALAVRAS-CHAVE - arqueogeografia; foto-interpretação; multidisciplinaridade; sistemas de informação geográfica (SIG); parcelário romano

ABSTRACT - The observation of metric patterns present in the current rural land parcelling in Alenquer (Portugal) floodplain, visible from the mapping and aerial photography, identified the existence of metric 8 x 8 *actus* corresponding to land Roman standards, which leads us to infer the possibility of rural land parcelling ever since the Roman period.

The methodologies, and the placing of archaeological settlements in the long term, allow us to infer the drainage of alluvial area - along the Tagus river - in a subsequent period to the Iron Age.

The change of settlement in the Roman period, moved to lower elevations (altitudes lower than 10 meters), in areas with higher flood possibilities, allow advance the possibility that drainage is also associated with the construction of the land parcelling ever since that period.

KEYWORDS - archaeogeography; photo interpretation; multidisciplinary; Geographic Information Systems (GIS); land parcelling roman

¹ Arqueólogo. Mestre em Arqueologia e Território, na especialidade de arqueogeografia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1. INTRODUÇÃO

Uma dissertação de mestrado² principiou uma investigação que deixou pistas para trabalhos futuros. Este texto é uma consequência dessa dissertação, no qual investigámos um dos muitos temas que então ficou por desenvolver.

2. CADASTROS ROMANOS NO ATUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

A pesquisa dos cadastros romanos teve grande incremento com a introdução das metodologias de investigação a partir das fotografias aéreas, ou foto-interpretação³. Podemos referir as investigações de Monique Clavel-Lévêque em Béziers⁴, que utilizou estas metodologias para inferir a existência de planificação agrária em período romano em torno desta cidade francesa.

Em Portugal Vasco Mantas foi precursor do uso das fotografias de altitude.

O surgimento dos cadastros - em período romano - é normalmente atribuído à decisão política imperial de distribuir terras a colonos, normalmente como recompensa a militares.

A pesquisa de formas planificadas na paisagem, decorrentes dessa distribuição de terras a colonos, é a forma habitual de investigação em morfo-história. Uma corrente técnico-metodológica para a qual a interpretação das formas da paisagem pressupõe a planificação, e atribui aos factos institucionais e políticos uma predominância em relação aos outros factos sociais e espaciais⁵.

Para esta corrente de investigação, os parcelários são entendidos como fundados em período romano, sob ação do poder político. A não consideração dos parcelários de formação (não planificados) decorrentes da auto-organização social é a maior lacuna que se pode atribuir a esta corrente metodológica.

Então, a pesquisa centrou-se na busca do módulo métrico 20 *actus*⁶ (um quadrado de aproximadamente 710 x 710 metros) que se entendia como a medida padrão de todas as centurições⁷ de período romano.

“Nalguns casos, a relação entre a cidade e o seu território era reforçada pelo estabelecimento de um cadastro oficial materializado no terreno por uma quadrícula mais ou menos vasta, dividindo de forma regular e sistemática, no todo ou em parte, as áreas rurais dependentes. Em Portugal há cadastros

² Costa 2010.

³ Picarreta; Ceraudo 2000.

⁴ Clavel-Lévêque 1995.

⁵ Chouquer 2000: 188.

⁶ O *actus* é a medida agrária de superfície em período romano, que corresponde a cerca de 35,5 x 35,5 metros (Chouquer; Favory 1991: 72).

⁷ A Centurição é a forma clássica da limitação romana organizada por eixos regulares e equidistantes (os *decumani* e os *cardines*) que definem unidades quadriculadas ou retangulares fundadas sob a metrologia romana (Brigand 2011).

seguramente identificados em torno de Beja, Évora, Santarém e *Conimbriga*, todos com o módulo normal da *centuria quadrata* de 710 metros de lado, equivalente a uma área cerca de 50 hectares⁸”.

Investigações que utilizaram as metodologias da morfo-história permitiram que vários investigadores inferissem a existência de diversos espaços centuriados ao redor de grandes urbes de período romano como Beja, Évora, Tavira, Braga e Conímbriga.

“É também interessante, pelas diferenças que permite detectar, nomeadamente a nível das estratégias de colonização oficiais, da população das que foram as principais cidades romanas do Alentejo, Beja e Évora. Ambas foram objecto de programas de reordenamento territorial em larga escala, que incluíram importantes operações de cadastro dos seus territórios ainda bem visíveis na paisagem atual⁹”.

2.1 Beja

Vasco Mantas inferiu a existência de cadastros romanos com o módulo de 20 *actus* em torno da cidade de Beja, um dos quais coincidente com a quadricula urbana.

“(…) a análise estereoscópica permitiu detetar numerosos e diversificados traços de uma desenvolvida organização do espaço rural em torno da cidade. (...) Os vestígios cadastrais romanos, embora muito degradados nos arredores de Beja, são suficientemente nítidos para que se possam reconhecer duas orientações¹⁰”.
“A existência de traços nítidos de dois sistemas de centurição com orientações diferentes mas ambos centrados em Beja, um dos quais coincide exactamente com a quadricula urbana¹¹”.

O achado de um monumento epigráfico na região de Beja levou os seus descobridores: uma equipa coordenada por Maria Conceição Lopes, a colocar a hipótese de se tratar de uma representação de um cadastro romano.

“(…) un monument épigraphique, découvert dans la région de Beja (Portugal), apparemment en dehors de tout contexte archéologique. Une première lecture de l'épigraphe nous a amené à proposer qu'il s'agirait d'un cadastre romain¹²”.

⁸ Mantas 1987: 39-40.

⁹ Mantas 1998: 43.

¹⁰ Mantas 1990a: 84.

¹¹ Mantas 1996: 12.

¹² Lopes *et al.* 1996.

Esta investigadora partilha da mesma opinião de Vasco Mantas, reiterando a possibilidade da existência de dois cadastros de período romano.

“No que respeita aos dois cadastros romanos identificados no território de *Pax Iulia*, não pomos em causa a sua existência, nem sequer as suas orientações¹³”.

Cédric Lavigne utilizou metodologias diferentes no estudo do território rural em torno da cidade de Beja: as metodologias da arqueogeografia, e afirma que esta possibilidade ainda carece de confirmação¹⁴.

2.2 Évora

Em Évora, José Manuel Mascarenhas¹⁵ e Rosa Planna-Mallart pesquisaram a existência de cadastros, sendo que esta última investigadora infere a eventual existência de uma limitação¹⁶ romana.

“L’analyse de la carte topographique au 1/25.000 ème du territoire proche de la ville et des images aériennes du vol américain de 1958 fournit certains indices pour envisager la présence éventuelle d’un système romain de limitation¹⁷”.

Outro trabalho colectivo, que incorpora tecnologias de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), também concluiu a existência de centúrias com o módulo de 710 x 710 metros¹⁸.

2.3 Braga

Vasco Mantas identificou em Braga traços do urbanismo romano na estrutura urbana atual¹⁹. Para Helena Paula Carvalho existe um cadastro rural romano que se articula com esse traçado urbano.

“O carácter sistemático desta orientação, a modulação em *actus* e a sua articulação, quer com o traçado da cidade, quer com o dos principais eixos viários da região abertos na época de Augusto (vias XVI, XVII e XIX) permitem sugerir uma centurição provavelmente ligada à fundação de *Bracara Augusta*

¹³ Lopes 2003: 292.

¹⁴ Lavigne 2006: 45.

¹⁵ Mascarenhas 1995.

¹⁶ Território planificado.

¹⁷ Plana-Mallart 1995: 237-238.

¹⁸ Batista *et al.* 2010: 794.

¹⁹ Mantas 1990a: 86.

e à projecção da rede viária na época júlio-cláudia²⁰”.

Os métodos de pesquisa ensaiados por Helena Carvalho e restante equipa são os habituais da escola morfo-histórica. A sobreposição à cartografia de uma grelha teórica de 20 *actus* para cartografar os limites coincidentes com essa mesma grelha.

“A procura de eixos ortogonais implicava também a pesquisa da orientação ou orientações dominantes, no espaço rural. Ensaíamos a sobreposição de uma grelha de 20 x 20 *actus* (1 centúria)²¹”.

2.4 Balsa

Em Tavira tanto Luís Fraga da Silva²² como Vasco Mantas propõem a existência de um cadastro romano.

“Entre a Ribeira do Tronco, a ocidente de *Balsa*, o Rio Gilão e a Ribeira da Asseca, estende-se uma zona com cerca de 9000 hectares onde são visíveis traços de um cadastro rural, (...) a definição do módulo torna-se mais difícil, não sendo de excluir a hipótese de se tratar de um cadastro cujas parcelas não correspondam ao módulo clássico da *centuria quadrata*”²³.

Aqui, Vasco Mantas sugere a possibilidade de um módulo diferente do clássico 20 *actus*.

2.5 Conímbriga

Vasco Mantas identificou dois cadastros romanos em torno de Conímbriga.

“A análise dos vestígios cadastrais conservados nos arredores imediatos de *Conimbriga* permite reconhecer duas centurições: uma orientada a 21° noroeste (centurição A), outra orientada a 14° nordeste (centurição B). No primeiro caso a orientação do *cardo* corresponde exactamente ao eixo longitudinal do fórum augustano de Conimbriga; no segundo caso o encontro de um dos *cardines* com um dos *decumani* coincide com a porta principal da muralha tardia²⁴”.

3. CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Recentes investigações em arqueogeografia sobre as problemáticas dos

²⁰ Carvalho 2012: 158.

²¹ Carvalho 2008: 320.

²² Silva 2007.

²³ Mantas 1990b: 193-194.

²⁴ Mantas 1985: 175-177.

cadastros romanos levam-nos a seguir outras pistas que desencadearam esta investigação.

“Contrariamente²⁵ a uma ideia comum, o trabalho dos arpentores²⁶ não é difundir por todos os lados e uniformemente as medidas romanas²⁷”.

Observamos grande diversidade de módulos agrários²⁸ em todo o espaço romanizado.

Trabalhos recentes com vista a compreender as centuriacões romanas levam alguns investigadores a inferir a função de drenagem da centuriacão em quase todo o mundo romano²⁹. A centuriacão como forma usual de drenar os solos para os tornar produtivos.

Não é a apropriação de solos de uso agrário indígena a função primordial da limitação romana, mas sim a conquista de solos até aí improdutivos pela existência de água em excesso, solos hidromorfos.

As características identificadas na várzea sita a sudeste de Alenquer, onde se distingue a existência de solos aluviais provenientes das cíclicas enchentes do rio Tejo, e a ocupação antiga neste território aluvial, onde se identificaram assentamentos arqueológicos da Idade do Ferro e de período romano; persuadiu-nos a empreender este trabalho com o objectivo de compreender as formas parcelárias presentes neste espaço, utilizando as metodologias que consideramos adequadas à sua compreensão na longa duração.

Dado que esta é uma área irrigada, na qual as valas de irrigação comportam a dupla função de drenagem/irrigação, e que estes processos de domínio das águas são utilizados para permitir o uso agrário de solos hidromorfos desde a antiguidade. Decidimos aqui empreender um ensaio metodológico em arqueogeografia por este espaço reunir as condições naturais, e antrópicas, que podem revelar dados inéditos sobre a implantação das comunidades rurais antigas nesta região.

A investigação surge da utilização de metodologias da arqueogeografia, disciplina que estuda o espaço geográfico, e propõe uma ruptura epistemológica ao enunciar novos fundamentos para a compreensão dos conceitos de espaço e tempo³⁰. Esta disciplina considera o conceito de paisagem palimpsesto³¹ desadequado ao estudo do espaço geográfico, e coloca todas as disci-

²⁵ Todas as traduções são da responsabilidade do autor deste texto.

²⁶ Funcionários que, em período romano, tinham como funções, entre outras, a medição e divisão de terras aos colonos. Para informação detalhada consultar: Chouquer 2010.

²⁷ Chouquer 2010: 56.

²⁸ Chouquer 2000: 131.

²⁹ González Villaescusa 2002: 440.

³⁰ Chouquer 2001.

³¹ Chevallier 1976.

plinas científicas num mesmo nível reinterpretando os seus dados³². Assim, a arqueogeografia estuda o espaço como um todo e considera impróprio ao seu estudo a separação disciplinar em “gavetas cronológicas distintas”. Pretende entender o papel das diversas modalidades de transmissão das formas no espaço e no tempo: a transmissão e a transformação das formas³³. E, não menos importante, pretende entender os processos de reciprocidade, com interações mútuas, entre o homem e o meio ambiente (interações ecológicas), ou hibridação³⁴.

Como a investigação em arqueogeografia pretende utilizar todos os dados disponíveis provenientes de outras disciplinas científicas, esta é uma disciplina multidisciplinar³⁵ na sua essência.

A emergência dos conceitos da arqueogeografia permitem atualmente considerar o estudo da centurição de outra forma. Assim, sabemos que é fundamental fazer uma distinção essencial entre o planeamento agrário romano e a sua evolução na longa duração.³⁶

4. MÉTODOS

A documentação utilizada foi a bibliografia antiga, estudos arqueológicos, imprensa local antiga, cartografia antiga, cartografia militar na escala 1/25000³⁷, fotografias aéreas verticais disponíveis no portal *Google Earth* e, essencialmente, do voo da USAF de 1958³⁸.

Esta documentação foi reunida num único *software* SIG³⁹ que permite a gestão e o manuseamento de um leque de documentos alargado, utilizado como auxiliar na interpretação do espaço e na georreferenciação dos sítios arqueológicos, configurando o conceito de carta compilada⁴⁰.

Os métodos centraram-se na pesquisa das diversas formas de hibridação homem-meio, na deteção dos processos de drenagem/irrigação, na investigação e georreferenciação do povoamento na longa duração: locais e cotas de implantação dos assentamentos arqueológicos, identificação das formas de uso e exploração do espaço rural: os parcelários, e pesquisa de metrologia agrária. Assim, como prática fundamental da metodologia cartografaram-se as linhas de água e as planimetrias: que correspondem ao habitat, às vias e aos parcelários.

³² Chouquer 2007: 238.

³³ Idem: 268-271.

³⁴ Berque 2000: 99.

³⁵ Watteaux 2009.

³⁶ Brigand 2011.

³⁷ Carta Militar de Portugal, escala 1/25 000, folhas: 376 e 390, Instituto Geográfico do Exército.

³⁸ Fotografias n.º 3264 e 3412.

³⁹ Programa: QGIS 2.6 Brighton.

⁴⁰ Robert 2003: 348.

5. OCUPAÇÃO DA VÁRZEA NA LONGA DURAÇÃO

O estudo incide no espaço rural de solos aluviais, atualmente drenado e irrigado por diversos canais com a dupla função de drenagem/irrigação, sito em torno do assentamento romano existente em Paredes (Alenquer), prolongando-se para este até ao rio Tejo, e para sul até à vala do Carregado.

Neste espaço, e na longa duração, são conhecidos assentamentos arqueológicos desde o Paleolítico Superior, como a Quinta do César, Quinta do Chacão, Carregado⁴¹, Casal do Minhoto e Casais da Marmeleira de cronologia pré-histórica indeterminada⁴².

No Carregado e na Quinta do Chacão⁴³ foram identificados vestígios arqueológicos atribuídos à Pré-História Recente.

Também foram identificados assentamentos arqueológicos proto-históricos: atribuídos à Idade do Ferro, como a Quinta da Marquesa II, Quinta da Carapinha I, Casal da Mó⁴⁴, Bairro Gulbenkian (Castanheira do Ribatejo), Castelo de Povos⁴⁵ e eventualmente Casais da Marmeleira⁴⁶.

Figura 1.

⁴¹ Pereira 1970.

⁴² Costa 2010.

⁴³ Lucas 1994.

⁴⁴ Pimenta; Mendes 2010/2011.

⁴⁵ Pimenta et al. 2010.

⁴⁶ Costa 2010: 133.

Na opinião de investigadores que estudam preferencialmente este território na Proto-história, aqui, os grandes povoados teriam um importante controlo do tráfego fluvial.

“Sobre as margens do Tejo e dominando antigas áreas de cariz portuário, encontram-se os povoados de Castelo de Povos e Monte dos Castelinhos¹”.

Para investigadores como Elisa Sousa, ainda durante a I Idade do Ferro, a malha de povoamento nas margens do Tejo seria densa devido aos interesses económicos aí presentes², sendo a complexidade e importância da produção anfórica um dos seus indicadores³.

“Assim, parece evidente que durante os primeiros séculos do 1º milénio a.C., os núcleos ocupados localizavam-se ao longo das margens do estuário. Lisboa, Almaraz e Santarém constituem os casos mais paradigmáticos desta realidade, mas os recentes trabalhos publicados por J. Pimenta e H. Mendes a propósito de Vila Franca de Xira (no prelo) permitem alargar o quadro inicial e incluir no grupo sítios como Santa Sofia, Quinta da Marquesa II, Quinta da Carapinha I⁴”.

Em período romano é incontornável a discussão em torno da localização de Ierabriga.

Investigadores como Jorge de Alarcão⁵ e Vasco Mantas têm defendido a possibilidade que Ierabriga - mencionada no Itinerário de Antonino - se situe nas proximidades de Alenquer, ou, mais pormenorizadamente, em Paredes, referida na Idade Moderna como Villa Vedra⁶.

“A zona de ruínas onde situamos *Ierabriga* ocupa uma área de aproximadamente oito hectares, definidos *grosso modo* pelos sítios de Paredes⁷”.

Amílcar Guerra destacou a localização geográfica e a fertilidade dos solos como favoráveis à implantação de Ierabriga nas proximidades de Alenquer⁸. Mas atualmente sugere como mais provável a sua localização em Vila Franca de Xira;

¹ Pimenta et al. 2010.

² Sousa 2013: 103.

³ Sousa; Pimenta 2014: 313.

⁴ Sousa 2011: 491.

⁵ Alarcão, 1988.

⁶ Martins 2008: 42.

⁷ Mantas 2012: 13.

⁸ Guerra 2003: 127.

justificando a inferência pela toponímia, arqueologia e epigrafia⁹.

Achados recentes provenientes de escavações arqueológicas no Monte dos Castelinhos¹⁰ vieram adicionar novos e importantes dados a esta problemática, porque se trata de um importante sítio de ocupação romana e da Idade do Ferro; contudo, sem esclarecer definitivamente esta questão.

Na várzea correspondente à área de estudo os achados romanos são numerosos.

Na Quinta da Barradinha e Casal da Telhada identificaram-se vestígios diversos, como ainda se observava no último quartel do séc. XIX, e se pode depreender de um artigo retirado do semanário *O Alemquerense*¹¹ que reproduz um manuscrito¹² de Bento Pereira do Carmo.

“Na Barrada, junto à quinta, desenterraram-se muitos túmulos romanos, cujas pedras estão hoje empregadas em usos domésticos. Nas Paredes, lugar ainda mais chegado, notam-se vestígios de um aqueduto. Na Quinta da Barradinha, situada um pouco mais longe, sobre a continuação das colinas, ao sul da várzea de *Villa Nova*, se descobriu, em Dezembro de 1839, uma sepultura no pendor da colina para o campo, encerrando um esqueleto, que um proprietário não pode salvar da sacrílega mão dos trabalhadores, fazendo apenas a observação de que a cabeça estava voltada para oriente.

Pela parte superior desta quinta encontram-se espalhadas muitas pedras, quando o sítio não os dá, alguns lanços de paredes subterrâneas, e grandíssima quantidade de telhas e tijolos de tamanho descomunal, alguns menos quebrados têm sido postos em reserva, como raridade; os entulhos (que assim lhe podemos chamar) continuam na mesma direcção até ao Casal da Telhada.”¹³

Toda a área entre a Quinta da Barradinha e o Casal da Telhada era, no século XIX, uma enorme mancha de materiais de construção romanos. É de notar a contiguidade desta mancha de materiais romanos à actual localidade denominada Torre, conhecida pelo menos desde os finais do séc. XV por Torre Derribada¹⁴.

Os sítios identificados na área de estudo em período romano são Vila

⁹ Guerra 2012: 36.

¹⁰ VVAA 2013.

¹¹ Agradecemos a Filipe Soares Rogeiro que nos alertou para a existência deste documento.

¹² “Alenquer Histórica”, *O Alemquerense*, quinta-feira 10 de Janeiro de 1889, n. 53, Ano II.

¹³ “Alenquer Histórica”, *O Alemquerense*, quinta-feira 24 de Janeiro de 1889, n. 55, Ano II.

¹⁴ Ferro 1996.

Nova da Rainha e Quinta da Queimada¹⁵, Quinta da Condessa¹⁶, Quinta da Marinha¹⁷, Ponte da Marinha¹⁸, Casal do Mouchão¹⁹, Quinta de Santo António²⁰, Aposento²¹, Quinta da Marquesa²² e o Monte dos Castelinhos²³.

Ao observarmos a localização dos assentamentos arqueológicos em período romano verificamos que a sua distribuição espacial é diferente de em períodos anteriores. Se, anteriormente, a ocupação se verificava a cotas superiores aos 10 metros, verificamos que em período romano a implantação se materializou a cotas inferiores não ocupadas antes, como se observa no mapa 1. Esta diferente estratégia de ocupação antrópica do espaço só teria sido possível pelo domínio da circulação da água.

Estrabão, autor que viveu na mudança de era faz a seguinte descrição do rio Tejo:

“O Tejo tem de foz uma largura de uns 20 estádios e uma profundidade tão grande que pode ser remontado por barcos de dez mil ânforas de capacidade. Na altura das cheias, produz dois esteiros, nos baixios interiores, a ponto de formar como que um mar de 150 estádios, de tornar a planície navegável e de isolar, no esteiro superior, uma ilha, de cerca de 30 estádios de extensão e com uma largura um pouco menor, muito fértil e com belas vinhas.”²⁴

Sendo de destacar desta citação a profundidade do rio ao tempo, e o carácter inundável das suas planícies.

“Provavelmente, já nos primeiros decénios do século I a.C. esta ocupação assumiu maior densidade, aferida pela presença de ânforas do tipo Dressel 1 que se registam já em todos os locais mencionados para esta região²⁵”.

Para Carlos Fabião, as ânforas encontradas no registo arqueológico indicam que nos alvares do séc. I a. C. a ocupação deste espaço assumiu uma maior densidade.

Outros textos mais recentes que Estrabão também nos permitem inferir a

¹⁵ Cabaço 1960.

¹⁶ Alarcão 1988: 118.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ VVAA 2012.

²¹ Barbosa 1970.

²² Idem.

²³ Gomes; Ponte 1984.

²⁴ Estrabão, Geografia, III, 3, 1 - tradução de José Ribeiro Ferreira (Kalb; Höck, 1988: 190).

²⁵ Fabião 2014: 21.

geografia deste espaço. Um texto escrito por Damião de Gois no séc. XVI, em que este autor descreve a confluência do rio de Alenquer com o Tejo, alerta-nos para a existência de muitas ilhas.

“Logo, correndo com ímpeto tumultuoso, entre rochedos, pelo monte abaixo, espraia-se pela planície a uns seis mil passos dos mananciais de origem e desagua no Tejo, na altura em que este forma muitas ilhas abundantes em trigo e em pastios ubérrimos.”²⁶

Outro texto já do séc. XVIII, que se refere ao rio de Ota - que conflui com o Tejo no mesmo local do rio de Alenquer - também alude as características já identificadas anteriormente, e que ainda ocorrem na atualidade: as cíclicas inundações na várzea.

“De inverno com as inundações se alaga todo o Paul”²⁷

6. PARCELÁRIOS

O estudo deste espaço na longa duração permite constatar a permanência das condições naturais ao longo dos tempos: uma área caracterizada pelas cíclicas inundações provocadas pelo extravasar das águas do leito do rio Tejo, que possibilitam a existência de solos aluviais muito férteis.

Figura 2.

²⁶ Góis 2002: 61.

²⁷ Martins 2008: 113.

Uma área de convergência entre o maciço calcário estremenho, sito a oeste, zona seca e de solos altamente permeáveis; e os aluviões do vale do Tejo, uma área húmida e de solos impermeáveis. Situada na margem direita do rio Tejo onde confluem três rios principais: o rio de Ota, o rio de Alenquer e a vala do Carregado (ou ribeira de Santana da Carnota).

Se a estabilidade das condições naturais é um facto, há a realçar a mutação das estratégias de povoamento e de exploração agrária deste espaço.

Assiste-se em época romana, em período que não podemos precisar pela insuficiência dos dados arqueológicos (maioritariamente provenientes de prospeção), à mutação das estratégias de ocupação e exploração dos recursos. Se, na Proto-história e em períodos anteriores a ocupação antrópica do espaço ocorria em zonas situadas a cotas mais elevadas e dificilmente inundáveis, a partir de período romano assiste-se à ocupação e exploração de espaços em zonas mais facilmente inundáveis a cotas mais baixas, inferiores a 10 metros de altitude.

Surgem novos assentamentos romanos como por exemplo: o Casal do Mouchão, o Aposento²⁸, e, eventualmente a Ponte da Marinha. Esta ponte poderia estar incluída no grande itinerário romano de *Olisipo* a *Bracara Augusta*²⁹, nesta perspetiva, o troço de via conhecido por carril, que faz a ligação entre a Ponte da Marinha e Vila Nova da Rainha atravessando toda a área de estudo, seria de cronologia romana.

O estudo dos parcelários permitiu encontrar algumas pistas para a investigação, e fazer algumas inferências sobre este espaço geográfico.

Figura 3.

²⁸ Pimenta 2015.

²⁹ Costa 2010: 92.

A identificação das formas globais de organização³⁰ do espaço: as formas de uso e exploração do espaço rural que organizam o parcelário, que correspondem aos alinhamentos marcantes; possibilitou constatar a existência de uma orientação predominante do parcelário no sentido noroeste-sudeste. É essa orientação que permite a drenagem das águas, e consequentemente a irrigação, por estar direcionada para o rio Tejo.

Nas formas globais de organização foi identificado um parcelário com o módulo métrico agrário romano de 8 *actus* (aproximadamente 284 x 284 metros) incluído no alinhamento maioritário do parcelário direcionado para o Tejo. Há a notar que a área onde se situa este módulo agrário romano é onde se observou no século XIX a existência da grande mancha de concentração de materiais romanos, e onde foram identificados os sítios romanos: Quinta da Barradinha, Quinta da Queimada e Casal da Telhada, e também a existência do topónimo Torre Derribada.

Figura 4.

Não querendo especular sobre a origem romana deste módulo agrário, visto que os padrões métricos romanos foram utilizados durante muito tempo após o ocaso do império. Há, contudo, que referir a possibilidade de a sua origem remontar ao período romano.

A mutação do povoamento com a ocupação das áreas de mais baixa altitude levam-nos a inferir a possibilidade que esta mudança só possa ter ocorrido após a drenagem das áreas onde se implantaram estes assentamentos de período romano.

³⁰ Chouquer 1993.

No entanto, parece-nos claro que este parcelário é morfogenético³¹ em relação à orientação geral do parcelário da área de estudo. É um elemento da paisagem que tem um papel estruturante nas formas circundantes, que transmitiu a sua orientação ao parcelário que se observa na atualidade, possível pela ocupação milenar destes solos agrários, associada às práticas rurais e à inerente gestão dos fluxos de água.

O resultado de dois milénios de ocupação do solo e de gestão da circulação das águas permitiu a perenização da sua orientação.

Este parcelário é uma forma resiliente³² no tempo, mantém a sua identidade estrutural e funcional mesmo depois de integrar ao longo do tempo importantes perturbações provocadas pelo meio físico pelas acções humanas.

Mesmo os processos de sedimentação associados aos aluviões não obliteraram as formas antigas, processo já observado em outros locais, nomeadamente em Pierrelate³³. Onde as formas antigas se transmitem, e se transformam, ao parcelário actual mesmo sendo alvo de processos sedimentares complexos.

Neste espaço também se reconhecem parcelários de fundação (planificados), outras formas de hibridação Homem-meio, como sistemas de irrigação em fuso³⁴ e com outras formas, de eventual cronologia posterior medieval ou moderna. A presença destas planificações agrárias e hidráulicas alinhadas, e aproximadamente alinhadas, com o parcelário de padrão métrico romano, acentuam o papel morfogenético deste.

O que agora se observa não é um sistema parcelário romano, mas sim um sistema construído na longa duração pela pressão das águas, pela sedimentação, e pela actividade humana que permite a manutenção e operacionalidade do mesmo. Um vasto sistema hidráulico formado por canais e por comportas construído ao longo do tempo. Existe, assim, uma decalagem entre o estado romano da paisagem e a sua transcrição no presente³⁵.

Por isso, consideramos insuficiente à pesquisa das centurições romanas a busca do módulo agrário de 20 *actus*. Visto que estas têm sistemas métricos distintos dentro do padrão métrico agrário romano, e existem diversas variáveis a contribuir para a sua planificação, manutenção ou ocaso.

7. CONCLUSÃO

A observação dos padrões métricos presentes no atual parcelário rural, visíveis a partir da cartografia e da fotografia aérea, permitiu identificar a existência

³¹ Idem: 47-61.

³² Robert; Verdier 2009.

³³ Jung 1999.

³⁴ Chouquer 2011.

³⁵ Brigand 2011.

de métrica de 8 x 8 *actus* correspondente aos padrões agrários romanos³⁶, que nos leva a inferir a possibilidade da existência de parcelário rural já desde o período romano.

As metodologias, e a disposição dos assentamentos arqueológicos na longa duração, permitem inferir a drenagem deste espaço aluvial – junto ao rio Tejo – num período posterior à Idade do Ferro.

A mutação do povoamento, visível num período que podemos caracterizar como a partir de finais da Idade do Ferro, deslocado para cotas mais baixas (altitudes inferiores aos 10 metros), em zonas com maiores possibilidades de inundação, permitem avançar a possibilidade que a drenagem também esteja associada à construção do parcelário já desde esse período.

Foi a prática disciplinar da arqueogeografia, e a utilização de todos os documentos disponíveis como esta disciplina propõe, que permitiu inferir estes dados sobre a várzea de Alenquer.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. (1988), *Portugal romano*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Barbosa, E. (1970), “Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer”, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia 1958*, II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 27-33.
- Batista, T.; Mascarenhas J. M.; Mendes, P.; Mantas, V. (2010), “Heritage landscapes in Évora surroundings: a GIS approach”, *Cultural Landscapes*, Istambul, ITU, 791-802.
- Brigand, R (2011), “La dynamique parcellaire des paysages centuriés de Vénétie centrale (Italie)”, *Les nouvelles de l’archéologie*, 125, 18-23.
- Cabaço, H. (1960), “Azambuja nos tempos e na vida – Breves apontamentos sobre pré-história”, entrevista a:, *Correio do Ribatejo*, 19 de Março. Santarém.
- Carvalho, H. P. (2008), *O povoamento romano na fachada ocidental do Coventus Bracarensis*, Tese de Doutoramento em Arqueologia, Braga, Universidade do Minho.
- Carvalho, H. P. (2012), “Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de *Bracara Augusta* (*Hispania Citerior Tarraconensis*)”, *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, CSIC, 149-166.
- Chevallier, M. (1976), “Le paysage palimpseste de l’histoire. Pour une archéologie du paysage”, *Melanges de la Casa de Velazquez*, XII, Paris, Édition E.

³⁶ *Actus quadratus*.

de Boccard, 503-510.

Chouquer, G. (1993), *Manuel d'analyse des formes historiques des paysages*, Tours, CNRS.

Chouquer, G. (2000), *L'étude des Paysages. Essais sur leur formes et leur histoire*, Paris, éditions errance.

Chouquer, G. (2001), "Le parcellaire dans le temps et dans l'espace: Bref essai d'épistémologie", *Études rurales*, 153-154, Paris, EHESS, 39-57.

Chouquer, G. (2007), *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*, Coimbra-Porto, CEAUCP.

Chouquer, G. (2010), *La Terre dans le monde romain. Antropologie, droit, géographie*, Paris, éditions errance.

Chouquer, G. (2011), "Les systèmes parcellaires sociaux en situation d'hybridation physique", (<http://www.formesdufoncier.org/index.php?rub=thematiques/typodyn-04/11/2011,11h05m>).

Chouquer, G; favory, F. (1991), *Les Paysages de l'Antiquité. Terres et cadastres de l'Occident romain*, Paris, éditions errance.

Clavel-Lévêque, M. (1995), *Atlas des cadastres de Gaule – 1: le réseau centurié Béziers B*, Paris, Les Belles Letres.

Costa, M. C. (2010), *Rede viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*, Dissertação de Mestrado em arqueologia e Território, Coimbra, FLUC.

Fabião, C. (2014), "Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica", *Cira Arqueologia*, n.º 3, Vila Franca de Xira, CMVFX, 9-24.

Ferro, J. (1996), *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV) – Subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia.

Góis, D. (2002), *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Guimarães Editores.

Gomes, J; Ponte, S. (1984), "Três Bronzes Romanos da Região de Alenquer", *Conimbriga*, 23, Coimbra, IAFLUC, 97-101.

González Villaesusa, R. (2002), *Las formas de los paisajes mediterráneos*, Jaén, Universidad de Jaén.

Guerra, A. (2003), "Algumas notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes", *Mundo Antigo – Economia Rural*, Lisboa, Edições Colibri, 123-150.

Guerra, A. (2012), "O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga", *Cira Arqueologia*, n.º 1, Vila Franca de Xira, CMVFX, 24-40.

- Jung, C. (1999), *Morphogenèse, fonctions et évolution de la centuriation B d'Orange et essai de restitution diachronique des paléopaysages du Tricastin (Drôme-Vaucluse)*, Tours, Thèse.
- Kalb, P.; Höck, M. (1988), "Moron", *Conimbriga*, 27, Coimbra, IAFLUC, 189-201.
- Lavigne, C. (2006), *Espaço das Sociedades Antigas: Dinâmica das Paisagens da Região de Pax Iulia (Beja)*, Rapport intermédiaire d'étude, documento de trabalho do Programa Europeu POCI/HAR/60842/2004 dirigido por Maria da Conceição Lopes, Coimbra, IAFLUC.
- Lopes, M. (2003), *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*, Coimbra, IAFLUC.
- Lopes, M.; Encarnação, J.; Silva, A. (1996), "Un cadastre romain dans la région de Pax Iulia (Lusitanie)?", *Cyberarqueólogo Português*, <http://www.ci.uc.pt/aia/cadastr.html>. Coimbra.
- Lucas, M. (1994), *As regiões de "Torres" e "Alenquer" no contexto do Calcolítico da estremadura portuguesa*, Dissertação de mestrado em Arqueologia, Porto, FLUP.
- Mantas, V. (1985), "Dois novos miliários do território de *Conimbriga*", *Biblos*, vol. LXI, Coimbra, FLUC, 159-179.
- Mantas, V. (1987): "As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal", *Povos e Culturas*, 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 13-55.
- Mantas, V. (1990a), "Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja", *Geociências*, vol. 5, fasc. 1, Revista da Universidade de Aveiro, Aveiro, 75-88.
- Mantas, V. (1990b): "As cidades marítimas da Lusitânia", *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, CNRS, 149-205.
- Mantas, V. (1996), "Teledetecção, cidade e território: *Pax Iulia*", *Arquivo de Beja*, vol. I, série III, Beja, Câmara Municipal de Beja, 5-30.
- Mantas, V. (1998), "Colonização e aculturação no Alentejo Romano", *Arquivo de Beja*, vols. VII/VIII, série III, Beja, Câmara Municipal de Beja, 33-61.
- Mantas, V. (2012), "A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios", *Cira Arqueologia*, n.º 1, Vila Franca de Xira, CMVFX, 7-23.
- Martins, J. (2008), *Alenquer 1758. O Actual Concelho nas memórias paroquiais*, Arruda dos Vinhos, Arruda Editora.
- Mascarenhas, J. (1995), "Évora: archéologie et conservation du paysage environnant", *Cité et Territoire*, Béziers, Centre de Recherche d'Histoire Ancienne, 227-230.
- Pereira, M. (1970), "Hipólito Cabaço", *Arqueologia e História*, 9.ª Série, Vol. II, Lisboa, AAP, 7-26

- Picarreta, F.; Ceraudo, G. (2000), *Manuale di aerofotografia archeologica. Metodologia, tecniche e applicazioni*, Bari, Edipuglia.
- Pimenta, J. (coord.) (2015), *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos Vila Franca de Xira. Em busca de Ierabriga*, Catálogo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Pimenta, J.; Mendes, H; Madeira, F. (2010), “O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 13, Lisboa, 25-56.
- Pimenta, J.; Mendes, H (2010/2011), “Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 18, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 591-618.
- Plana-Mallart, R (1995), “*Ebora et son territoire*”, *Cité et territoire*, Béziers, Centre de Recherche d'Histoire Ancienne, 231-242.
- Robert, S. (2003), *L'analyse morphologique des paysages entre archéologie urbanisme et aménagement du territoire – Exemples d'études de formes urbaines et rurales dans le Val-d'Oise*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur de le Université de Paris I. Paris.
- Robert, S.; Verdier, N. (2009), “Du sentier à la route. Une archéologie des réseaux viaires”, *Les nouvelles de l'archéologie*, 115, Paris, éditions errance.
- Silva, L. (2007), *Balsa, cidade perdida*, Tavira, Campo Arqueológico de Tavira.
- Sousa, E. (2011): *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Sousa, E. (2013), “A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C.”, *Círa Arqueologia*, n.º 2, Vila Franca de Xira, CMVFX, 103-117.
- Sousa, E.; Pimenta, J. (2014), “A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro”, *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*, Porto, FLUP – SECAH, 303-315.
- VVAA (2012), “Os fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer)”, *Círa Arqueologia*, n.º 1, Vila Franca de Xira, CMVFX, 148-157.
- VVAA (2013), “Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo”, *Catálogo da Exposição*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Watteaux, M (2009), “Settlement and lanscape in English historical studies: a French view”, *Medieval Settlement Research*, 20-30.